

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica visando à prestação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, do elevador de marca OTIS, conforme quadro abaixo, de propriedade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf/ 7ª Superintendência, instalado no prédio da sede da 7ªSR, localizada na rua Taumaturgo de Azevedo nº 2315, Teresina – PI.

| | |
|----------------------------------|--|
| MODELO | A-GNC-0810-8A-ED (Elevador sem casa de máquinas) |
| PASSAGEIROS | 08 (630 kg) |
| VELOCIDADE NOMINAL | 1,00 m/s |
| TIPO DE ABERTURA DA PORTA | 8 (Abertura lateral – 2 painéis) |
| APLICAÇÃO | A (Tráfego leve/médio) |
| NÚMERO DE PARADAS | 3 (0,1,2) |

- **Manutenção preventiva:** aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações dos elevadores, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas; e
- **Manutenção corretiva:** aquela destinada a reparar e corrigir quebras e defeitos apresentados nas instalações dos elevadores, mantendo-as em perfeito funcionamento.

2. JUSTIFICATIVA:

- 2.1. A CODEVASF não dispõe, em seu quadro funcional, de profissional para a execução do serviço acima indicado, sendo assim, faz-se necessária a contratação de empresa para a prestação deste serviço, tendo em vista a necessidade de manter a segurança dos funcionários e dos visitantes que utilizam este equipamento, bem como manter o bom funcionamento e conservação do elevador, resolvendo com eficiência e eficácia qualquer problema com o mesmo.

- 2.2. A contratação é necessária, pois visa suprir uma necessidade de natureza técnico-operacional, cujo caráter principal, além de oferecer segurança aos servidores e contribuintes que transitam pelos diversos pisos do prédio, consiste em dar livre acesso aos portadores de deficiência física que utilizam os espaços da Codevasf/ 7ª Superintendência e, ainda, auxiliar no transporte de materiais e equipamentos, objetos de diversas atividades e serviços, cuja movimentação entre os diversos pisos seria dificultada, de forma acentuada, sem a utilização do elevador, vez que esta Superintendência não dispõe de rampa para acesso entre seus pavimentos.

3. FUNDAMENTO LEGAL:

- 3.1. A contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços objeto deste Termo de Referência encontra amparo nas legislações descritas abaixo, sem prejuízo de outras normas correlatas, todas tendo respeitadas as suas alterações, constituindo-se como peça integrante e inseparável do procedimento licitatório:
- 3.2. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade pregão para a aquisição de bens e serviços comuns.
- 3.3. Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que regulamenta a modalidade pregão.
- 3.4. Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o SICAF.
- 3.5. Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública.
- 3.6. Instrução Normativa nº 01 – SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Instrução Normativa nº 02 - SLTI/MP, de 30 de abril de 2008, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços continuados ou não.
- 3.7. Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006; e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 4.1 Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
- às disposições legais da União;
 - às normas e especificações constantes deste Termo de Referência;

- às prescrições e recomendações do fabricante;
- às normas da ABNT;
- às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;

4.2 As licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão consultar as especificações e vistoriar as instalações dos elevadores, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrerem em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços. A vistoria poderá ser agendada de 10:00 às 16:00 horas pelos telefones (86)3215-0123 da GRA/USA, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

4.3 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão, jamais, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializado nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.

4.4. Assinado o contrato, a CONTRATADA deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o projeto, buscando elucidar junto à FISCALIZAÇÃO, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas. Dessa análise deverá resultar um relatório das condições iniciais de todos os equipamentos, fazendo-se um planejamento das trocas e substituições e/ou conserto de peças e insumos que porventura se façam necessárias. O relatório deve apresentar, também, as peças críticas dos elevadores, mais suscetíveis a falhas.

4.5. A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc..

4.6. As máquinas e os equipamentos que a CONTRATADA levar para o local dos serviços somente poderão ser retirados das dependências da CODEVASF/7ª Superintendência de acordo com as regras e procedimentos internos da SR.

4.7. Todos os materiais e peças a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estar de acordo com as especificações, devendo ser

submetidos à prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO.

4.8. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais e peças ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais e peças empregados nos serviços.

4.9. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos serviços, mediante comunicação da FISCALIZAÇÃO, sempre que:

- assim estiver previsto e determinado no Contrato;
- for necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do Contrato e de acordo com as presentes especificações;
- houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e
- a FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar formalmente.

4.10. A inobservância das especificações técnicas deste edital implicará na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

4.11. A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, os materiais, as peças, o transporte e tudo mais que for necessário para a execução e a conclusão dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses insumos deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários.

4.12. É vedada a contratação, pelas empresas prestadoras de serviço, de servidor do quadro da Codevasf/7ª Superintendência, ativo ou inativo há menos de (05) cinco anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau.

4.13. A qualificação profissional dos prestadores de serviço será verificada após a assinatura do contrato e antes do início da efetiva prestação de serviço.

4.14. As normas de segurança constantes deste edital não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, municipais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de

materiais inadequados na execução dos serviços.

4.15. Se, para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas.

4.16. A Codevasf poderá, a qualquer tempo, instalar acessórios que visem melhorar a qualidade dos elevadores ou o aproveitamento do espaço interno. Em todos os casos, a Codevasf compromete-se a consultar previamente a CONTRATADA para eventual adequação técnica ou contratual.

4.17. Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade prevista para os serviços.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 Prestar os serviços de Assistência Técnica, no elevador, garantindo que o mesmo se mantenha em perfeito estado de funcionamento e conservação para perfeita e correta utilização de todos os recursos existentes.

5.2 A manutenção corretiva incluirá, sem ônus para a CONTRATANTE, toda mão-de-obra, substituir as peças do equipamento objeto da presente contratação, e deverá incluir o fornecimento de peças de reposição originais, e deverá ser prestada pela CONTRATADA, mediante abertura de Ordem de Serviço, dentro dos seguintes limites:

5.2.1 em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, em dias úteis, no horário de expediente da CODEVASF/7ª Superintendência (das 8 horas às 17:30 horas), o prazo máximo de atendimento, após o encaminhamento da Ordem de Serviço, deverá ser de 30 (trinta) minutos;

5.2.2 nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser 2 (duas) horas, contadas a partir do encaminhamento da Ordem de Serviço;

a) o prazo de 2 (duas) horas será contado dentro do horário de funcionamento normal da CODEVASF/7ª Superintendência, ou seja, em dias úteis entre 8:00h e 17:30h, interrompendo-se a contagem às 20:00h de um dia e reiniciando-se às 8:00h do dia útil seguinte;

b) a CONTRATADA fica obrigada a colocar o elevador em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da comunicação à CONTRATADA.

c) os prazos descritos anteriormente só poderão ser extrapolados em casos excepcionais de avaria de peça de difícil substituição ou aquisição, mediante relatório justificado assinado pelo engenheiro supervisor da CONTRATADA e aceito pelo fiscal do contrato. Neste caso, o prazo não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis.

d) decorridos os prazos descritos neste subitem, sem o atendimento devido, fica a CODEVASF/7ª Superintendência autorizado a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da licitante vencedora os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos e materiais ofertados.

5.3 Prestar os serviços de manutenção preventiva, no mínimo uma vez por mês, dentro do horário de funcionamento normal da Codevasf/ 7ª Superintendência, de 8hs às 17:30 hs, que consistirá na verificação periódica das condições de funcionamento, limpeza, ajustes, testes, substituições de peças ou componentes, quando necessário. A Manutenção Preventiva deverá ser executada em datas agendadas com a FISCALIZAÇÃO, no horário de expediente da Codevasf/ 7ª Superintendência. A Manutenção Preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal da Superintendência, desde que a FISCALIZAÇÃO solicite previamente ou a CONTRATADA firme acordo com a FISCALIZAÇÃO através de notificação oficial.

5.4 A CONTRATADA deve apresentar à FISCALIZAÇÃO as rotinas que comporão o plano de manutenção preventiva a ser adotado para garantir o bom funcionamento dos equipamentos. Essas rotinas e o plano de manutenção deverão ser previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

5.5 Prestar a manutenção corretiva sempre que ocorrer defeitos ou falhas no equipamento, incluindo serviço de reparo nas peças, componentes e acessórios.

5.6 Os serviços serão prestados, preferencialmente, entre 8hs e 17:30 hs, nos dias úteis de segunda a sexta-feira, nas dependências da CONTRATANTE, ou excepcionalmente aos sábados, domingos, feriados e horários diversos, mediante solicitação por escrito, ressalvados casos de extrema urgência e devidamente justificados.

5.7 Caso se constate na manutenção a necessidade de se retirar quaisquer peças para conserto, estas deverão ser imediata e provisoriamente substituídas pela contratada até que seja efetuado seu conserto ou a substituição definitiva, se for constatada que a peça foi irremediavelmente danificada, a contratada deverá substituí-la com a prévia anuência da CONTRATANTE.

5.8 A CONTRATADA somente efetuará a retirada de quaisquer componentes ou peças do elevador para manutenção fora das dependências da Codevasf/7ª Superintendência, após a

autorização formal (por escrito) da CONTRATANTE, devendo responsabilizar-se pela sua remoção, adequado acondicionamento ao local a que deverá ser instalado, bem como pelas despesas operacionais decorrentes.

5.9 A substituição de peças gastas cujo desgaste tenha sido provocado pelo uso normal do equipamento correrão por conta da CONTRATADA.

5.10 A substituição de peças devido a outros fatores, tais como: anormalidade climática, descargas elétricas, roubos, incêndios, inundações, sabotagem e outros casos fortuitos e/ou de força maior, bem como decorrentes do manejo inadequado do equipamento de interferência por parte de terceiros estranhos à contratada será cobrada adicional e separadamente, devendo a CONTRATADA apresentar proposta, com relatório circunstanciado, sendo facultado a Codevasf/7ª Superintendência a aquisição diretamente da contratada ou de outros fornecedores, após pesquisa de mercado.

5.11 A critério da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá apresentar os materiais substituídos ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.

5.12 Todos os atendimentos locais, inclusive os de manutenção preventiva, serão registrados em relatório próprio da CONTRATADA, rubricado pelo técnico responsável e por servidor da Codevasf/ 7ª Superintendência, no qual constarão as ocorrências verificadas, as indicações dos equipamentos e/ou instalações afetados, a causa dos defeitos, a especificação das peças e materiais substituídos, as providências adotadas, as medições realizadas e a data do atendimento, devendo ficar uma cópia com o fiscal do contrato.

5.13 Toda irregularidade encontrada será comunicada ao preposto da Codevasf/7ª Superintendência (fiscal do contrato).

6. FISCALIZAÇÃO

6.1 A fiscalização dos serviços será exercida pela Codevasf/ 7ª Superintendência, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a perfeita execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoa habilitada.

6.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, exercidos pelo Fiscal do Contrato, consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações assumidas, a

fim de facilitar a verificação da qualidade do serviço prestado, bem como as adequações do pagamento.

6.3 A Contratante, através do Fiscal do contrato, deverá comunicar à contratada situações ou fatos que prejudiquem ou venham a prejudicar a execução dos serviços, determinando as providências que entender serem necessárias a sua solução, devendo a contratada, salvo motivo de força maior, atender de imediato o determinado pela contratante, de modo a não comprometer ou prejudicar as atividades da Unidade. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

6.4 A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto do contrato entregue, se em desacordo com a especificação do Termo de Referência e da proposta de preços da Contratada. Qualquer exigência da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no Termo de Referência, Edital e no Contrato, deverá ser imediatamente atendida pela Contratada.

6.5 Incumbe à fiscalização verificar se o serviço foi prestado de acordo com as exigências deste Termo de Referência, bem como do Contrato, Edital e seus Anexos. Estando o serviço prestado em conformidade com as especificações do Contrato, os documentos correspondentes de cobrança deverão ser examinados e atestados pela fiscalização e enviados ao setor financeiro da Unidade Contratante para o pagamento. Em caso de não conformidade, a contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para adoção das providências no artigo 69 da lei nº 8.666/1993, no que couber.

7. VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência deste contrato é de até 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II, do art.57, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, da IN MPOG/SLTI nº 02, de 30/04/2008 e alterações, a CONTRATADA deverá assumir todas as obrigações explicitamente relacionadas neste Termo de Referência, bem como aquelas geradas pelas demais cláusulas do Contrato explicita ou implicitamente.

8.1 Caberá à CONTRATADA:

- I. cumprir fiel e integralmente o "Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre as partes;
- II. adotar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, as medidas requeridas para a prestação dos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de elevador, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o estabelecido;
- III. apresentar, no início da prestação dos serviços objeto deste contrato, comprovante de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do respectivo serviço, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – CREA-PI;
- IV. prestar os serviços objeto da licitação dentro de elevados padrões de qualidade, de acordo com as especificações do fabricante, normas técnicas e legislação vigente sobre segurança do trabalho e as boas práticas de engenharia;
- V. cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do Contrato;
- VI. implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- VII. empregar mão de obra e pessoal habilitados e treinados, disponibilizando-os em suas oficinas técnicas ou centros de atendimento, bem como para deslocamentos rotineiros e emergenciais, e mobilizando-os em número suficiente, a fim de proporcionar a execução dos trabalhos nas periodicidades e nível de qualidade adequados, fornecendo e utilizando corretamente ferramentas e instrumentos de trabalho próprios e de boa qualidade e na quantidade compatível com o volume de serviços a serem executados;
- VIII. nomear empregado (Preposto) para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com a Fiscalização do Contrato, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/93;
- IX. responsabilizar-se por seus empregados na prestação dos serviços, respondendo inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados;

- X. repor, no prazo máximo de 3 (três) dias, qualquer objeto da CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados;
- XI. arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da prestação dos serviços;
- XII. instruir a mão de obra quanto às necessidades de acatar as orientações do preposto da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento de normas internas e de segurança e medicina do trabalho;
- XIII. manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados por crachás;
- XIV. fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados, ferramentas, uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida na prestação dos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de elevador, sem repassar os custos de qualquer um desses itens a seus empregados, bem como à Contratante;
- XV. instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios;
- XVI. efetuar, mensalmente, os serviços de manutenção preventiva no equipamento ou sistema mantido e suas instalações, doravante denominado simplesmente equipamento, procedendo-se às inspeções, testes, exames, ajustes, regulagens, lubrificações, limpeza, reparos, consertos, etc, e tantas vezes quantas forem necessárias para os reparos, consertos e intervenções demandadas pela Contratante, utilizando pessoal treinado e habilitado, a fim de manter o equipamento adequadamente ajustado, proporcionando funcionamento eficiente, seguro e econômico;
- XVII. atender, com rapidez e prontidão, aos chamados da Contratante para regularizar anormalidades de funcionamento, mantendo-se, para isso e-mail atualizado para contato da CODEVASF, procedendo-se às manutenções corretivas, substituindo e/ou reparando, segundo critérios técnicos, componentes elétricos, eletrônicos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação do equipamento em condições normais de funcionamento, eficiência e segurança;
- XVIII. utilizar peças genuínas do fabricante do equipamento mantido, mantendo-se estoque regular de peças de uso mais frequentes para reposição e providenciando, nos demais casos e na brevidade requerida, as necessárias encomendas;
- XIX. executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador, sempre que possível e mediante acordo com a Contratante, em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração;

XX. atender imediatamente os chamados de emergência para os casos de passageiros presos nas cabinas ou acidente, independente de horário ou dia do ocorrido, além de disponibilizar um contato telefônico disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, para emergências ;

XXI. executar os serviços previstos e os deles decorrentes, **com o fornecimento de peças, componentes e acessórios**, com ônus da Contratada, quer na aplicação de materiais auxiliares e lubrificantes especiais, quer na substituição de peças e componentes originais, tais como, conforme o equipamento mantido;

XXII. arcar com o ônus do fornecimento e substituições de peças, componentes, consertos e reparos, exceto para os casos decorrentes de negligência, maus tratos, uso indevido ou abusivo, vandalismo, agentes externos (tais como umidade, poeira, gases, salinidade), ferrugem, variação de tensão elétrica, manuseio indevido por terceiros e outros atos ou omissões da Contratante, praticados por seus agentes ou autoridades públicas;

XXIII. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, fornecer e substituir peças, componentes, materiais e demais acessórios necessários à manutenção preventiva e corretiva rotineira, além dos equipamentos e ferramentais em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas para a prestação dos serviços contínuos, observando se as recomendações da boa técnica, as exigências do fabricante do equipamento mantido e às normas e legislação aplicáveis, assumindo inteira responsabilidade pela prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador;

XXIV. executar, também, todos os serviços de verificação, inspeção, alinhamento, equalização, aferição, desmontagem, nivelamento, balanceamento, montagem, substituição de peças, fixação, reaperto, lubrificação, retífica, usinagem, enrolamento de motor, pintura, limpeza e testes necessários à manutenção preventiva e corretiva, inclusive do motor de corrente alternada, do gerador de corrente contínua, do excitador de corrente contínua, do regulador de corrente contínua, da máquina de tração e das demais partes, peças e componentes do equipamento ou sistema mantido;

XXV. efetuar testes de segurança anuais ou na periodicidade mínima recomendada, conforme legislação vigente, posturas municipais aplicáveis e normas do fabricante do equipamento;

XXVI. comunicar e relatar, por escrito, à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nas instalações objeto da prestação dos serviços contínuos de manutenção preventiva e

corretiva de elevador, ou qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar esclarecimentos que julgar necessários;

XXVII. acompanhar e orientar a Contratante ou outras empresas, quando o caso, no deslocamento de possíveis cargas de materiais pelo elevador, de modo a evitar danos motivados pelo excesso de carga;

XXVIII. identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;

XXIX. responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos os equipamentos, ferramentais, materiais e outros utilizados na prestação dos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva do elevador, quando for o caso;

XXX acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização e/ou preposto da Contratante;

XXXI. manter atualizado o seu cadastro no SICAF;

XXXII. manter, durante a vigência da prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em consonância com o art. 55, inciso XIII, da Lei nº: 8.666/93;

XXXIII. não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

XXXIV. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado;

XXXV. observar as disposições legais que regulam o exercício de sua atividade como empresa legalmente habilitada para a prestação dos serviços contratados, as normas de prevenção de acidentes, higiene e segurança do trabalho;

8.2 Das obrigações relacionadas à sustentabilidade ambiental:

I) Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

- d) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;e
- e) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos em suas atividades.

II) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

III) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

IV) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerosol em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

V) A Contratada deverá encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes, para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999.

8.3 Das responsabilidades e obrigações complementares: Para execução do objeto do Contrato, além das obrigações dos itens anteriores, a CONTRATADA deverá:

I) Responsabilizar-se exclusivamente pelo vínculo empregatício dos seus empregados em serviço, sendo responsável pelo pagamento de salários e demais vantagens (indenizações, vales-refeição, vales-transporte), assim como uniformes e equipamentos, que deverão ser pagos ou entregues **em época própria** de acordo com a legislação trabalhista e Acordo ou Convenção Coletiva de trabalho, e recolhimento de todas as obrigações e tributos pertinentes, bem assim por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas, quando em serviço, excluindo a Contratante de qualquer responsabilidade ou obrigação provenientes desse vínculo;

II) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou

continência;

III) assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto;

IV) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.

8.4 Os serviços, rotinas técnicas, obrigações operacionais e outras especificações constantes do instrumento contratual não excluem outros que porventura se façam necessários pela boa técnica da Engenharia, pelas recomendações dos fabricantes dos equipamentos mantidos, pelas normas técnicas e legais aplicáveis, etc, para a perfeita prestação dos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva do elevador, obrigando-se a Contratada a executá-los prontamente, como parte integrante de suas obrigações.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A CONTRATANTE deverá exercer a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, e ainda:

I) proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;

II) promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato;

III) prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento do objeto contratado;

IV) proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias para o bom andamento dos serviços contratados, dentro das normas estabelecidas;

V) manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e revisões;

VI) comunicar formalmente à CONTRATADA, através de correspondências ou aditivos contratuais, sempre que houver alterações e informações que possam modificar obrigações do contrato originalmente avençadas;

VII) comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;

- VIII) analisar e atestar os documentos de cobrança apresentados pela CONTRATADA, referente ao serviço efetivamente prestado;
- IX) efetuar o pagamento à contratada, nas condições do instrumento contratual, nos preços dos serviços contratados;
- X) aplicar à Contratada as sanções administrativas por descumprimento de cláusulas contratuais;
- XI) autorizar a devolução da garantia à Contratada, após o encerramento do Contrato.

10 SANÇÕES

10.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

a.1) A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

a.2) A Advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Codevasf/ 7ª Superintendência, a critério da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

b) multa;

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso no início da execução dos serviços contados da emissão da ordem de serviço, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no item b.1., ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.2 Para efeito de aplicação de multas às infrações, são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

TABELA 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|---------------------------------|
| 1 | 0,2% do valor anual do contrato |
| 2 | 0,4% do valor anual do contrato |
| 3 | 0,8% do valor anual do contrato |
| 4 | 1,6% do valor anual do contrato |
| 5 | 3,2% do valor anual do contrato |
| 6 | 4,0% do valor anual do contrato |

TABELA 2

| INFRAÇÃO | | GRAU |
|----------|--|------|
| Item | DESCRIÇÃO | |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência. | 06 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada. | 05 |
| 3 | Utilizar as dependências do CODEVASF/7ª Superintendência para fins diversos do objeto deste Contrato; por ocorrência. | 04 |
| 4 | Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado, por ocorrência. | 02 |
| 5 | Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia. | 03 |
| 6 | Manter o(s) posto(s) de trabalho descoberto(s); por posto de trabalho e por dia. | 03 |
| 7 | Recusar-se a executar serviço determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado; por ocorrência e por dia. | 05 |
| 8 | Executar serviço incompleto, paliativo ou substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência. | 03 |
| 9 | Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência. | 03 |
| 10 | Usar indevidamente patentes registradas ou utilizar <i>softwares</i> sem licenciamento; por ocorrência. | 06 |
| 11 | Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência. | 04 |

| | | |
|----|--|----|
| | ocorrência. | |
| 12 | Permitir a presença de empregado sem uniforme, mal apresentado ou sem identificação por crachá; por empregado e por ocorrência. | 01 |
| | Para os itens a seguir, deixar de: | |
| 13 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE; por ocorrência. | 02 |
| 14 | Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia. | 01 |
| 15 | Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência. | 02 |
| 16 | Efetuar o pagamento de salários, seguros, vales-transporte, tíquetes-refeição, encargos fiscais e sociais nas datas avençadas, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato; por dia e por ocorrência. | 06 |
| 17 | Indicar e manter o supervisor durante a execução do contrato. | 02 |
| 18 | Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas; por ocorrência. | 01 |
| 19 | Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATANTE; por ocorrência. | 02 |
| 20 | Cumprir prazo previamente estabelecido com a CONTRATANTE para execução de serviços; por dia de atraso. | 02 |
| 21 | Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela CONTRATANTE, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência. | 02 |
| 22 | Manter a documentação de habilitação econômico-financeira atualizada; por item, por ocorrência. | 01 |
| 23 | Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela CONTRATANTE; por ocorrência. | 01 |
| 24 | Cumprir determinação da CONTRATANTE para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência. | 01 |
| 25 | Cumprir os prazos de atendimento deste Termo de Referência; por hora útil de atraso. | 01 |
| 26 | Cumprir os prazos de atendimento deste Termo de Referência; por dia útil de atraso. | 02 |

10.3 A partir da segunda reincidência das infrações elencadas na Tabela 2 de graus de 3 a 6 e a partir da terceira reincidência das infrações de graus de 1 e 2, a critério da administração, será considerada inexecução parcial do Contrato.

10.4 A partir da quarta reincidência das infrações elencadas na Tabela 2 de graus de 3 a 6 e a partir da sexta reincidência das infrações de graus de 1 e 2, a critério da administração, será considerada inexecução total do Contrato.

10.5 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF;

10.6 A suspensão do direito de licitar e de contratar com o Codevasf/ 7ª Superintendência poderá ser aplicada à CONTRATADA se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

| | |
|-----|--|
| 4. | I – Por 6 (seis) meses: |
| 5. | atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para o CODEVASF/ 7ª Superintendência; |
| 6. | execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa. |
| 7. | II – Por 2 (dois) anos: |
| 8. | não conclusão dos serviços contratados; |
| 9. | prestação do serviço em desacordo com as solicitações da CODEVASF/ 7ª Superintendência, não efetuando sua correção após solicitação; |
| 10. | cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao CODEVASF/ 7ª Superintendência, ensejando a rescisão deste Contrato por culpa da CONTRATADA; |
| 11. | condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; |
| 12. | apresentação, ao CODEVASF/ 7ª Superintendência, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução deste Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação; |
| 13. | demonstração, a qualquer tempo, de não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o CODEVASF/ 7ª Superintendência, em virtude de atos ilícitos praticados; |
| 14. | ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CODEVASF/ 7ª Superintendência após a assinatura deste Contrato; |
| 15. | reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste Contrato, sem consentimento |

| |
|--|
| prévio do CODEVASF/ 7ª Superintendência. |
|--|

10.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

10.7.1 tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.7.2 praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.7.3. demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a Codevasf/ 7ª Superintendência., em virtude de atos ilícitos praticados;

10.7.4. reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio da Codevasf/ 7ª Superintendência.

10.8 As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

10.9 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

10.9.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

10.9.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

10.9.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10.9.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

10.10 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

11 DO VALOR MÁXIMO DE CONTRATAÇÃO

11.1. O valor máximo estimado de contratação para o referido serviço é de R\$ 913,22 (novecentos e treze reais e vinte e dois centavos). Sendo assim, estimamos para 12 (doze) meses, o valor de R\$ 10.958,66 (dez mil, novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos e quinze reais e sessenta e oito centavos).

11.2. O preço de referência foi calculado com base em pesquisa de preços praticados no mercado, conforme orçamentos em anexo.

12 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 Será considerado em atraso o pagamento efetuado após 30 (trinta) dias de recebimento da fatura sem nenhuma justificativa formal, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária

P = Valor da Parcela a ser paga;

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

I = $(1+IM1/100)^{dx1/30x} (1+im2/100)^{dx1/30x} (1+imn/100)^{dx1/30x} - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

11.2 Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.

11.3 Quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. 11.4 Não caberá

qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

11.5 Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.

13 REAJUSTE DOS PREÇOS:

13.1 Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados, para mais ou para menos, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \left[\frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

"R" é o valor do reajustamento procurado;

"V" é o valor contratual a ser reajustado;

"I1" é o índice correspondente ao mês do aniversário da proposta;

"I0" é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta.

13.2 Os índices a serem considerados no reajustamento serão extraídos das tabelas publicadas na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente à coluna 07 IGP-M – Índice Geral Preços de Mercado – Código AO200045.

14 FONTE DE RECURSOS:

14.1 Os recursos orçamentários para contratação dos serviços correrão a conta do Programa de Trabalho nº 04.122.2111.2000.0001 – Administração da Unidade – Nacional (PTRES 089684).

Teresina – PI, 03 de março de 2015.

7ª GRA/USA